



## JUSTIFICATIVA DE PAGAMENTO FORA DA CRONOLOGIA

Trata-se de despesas relacionadas aos Contratos celebrados com a **PRODEMGE** – Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, cujo objeto é a prestação de serviço de informática, consignada na relação de despesa perfazem o valor de **R\$ 51.540,08** (cinquenta e um mil quinhentos e quarenta reais e oito centavos)

Primeiramente cumpre ressaltar que, devido ao estado de calamidade financeira pelo qual passa atualmente a Administração Pública Estadual, estabelecido através do Decreto nº 47.101/2016 da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF vêm liberando paulatinamente os recursos financeiros, impedindo que todos os pagamentos sejam realizados dentro do prazo regular. Apesar disto algumas despesas tem natureza especial, demandando que seu pagamento seja realizado de forma específica, principalmente devido ao perigo de dano ao inerente e de difícil reparação caso não seja realizado a tempo e modo devido.

A realização de tais pagamentos fora da ordem de exigibilidade é amparada por previsão legal, mormente o disposto no artigo 5º da Lei Federal nº.08.666/1993, *in veja-se*:

*"Art. 5º Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada." (grifo nosso)*

Neste caso específico, temos que, por determinação da própria Secretaria de Estado de Fazenda, gestora dos recursos financeiros do Estado e detentora do cronograma de liberação da Cota Financeira, os valores para o pagamento referentes ao contrato da PRODEMGE foram liberados exclusivamente para este fim, desconsiderando assim a cronologia de pagamento regular.

Configuradas as razões de interesse público acima expostas, **autorizo** o pagamento da obrigação acima elencada, por considerar relevantes os motivos para adimplência em detrimento de outras obrigações preexistentes.

Belo Horizonte, 31 de Janeiro de 2019.

Amarildo José Brumano Kalil  
Ordenador de Despesa da SEAPA  
Secretário Adjunto